

Partidos Políticos latino-americanos: padrões organizativos*

Rodrigo Mayer**

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

<https://doi.org/10.15446/frdcp.n16.78173>


Resumo

Este estudo analisa e classifica a organização interna dos partidos políticos latino-americanos, comparando o conteúdo de 42 estatutos partidários distribuídos nos 18 países democráticos da região. A comparação ocorre a partir da análise dos estatutos e da identificação de presença e/ou ausência de determinados conteúdos em suas cartas orgânicas. A visão predominante sobre a região aponta para um caso de subdesenvolvimento partidário, no qual as agremiações são descritas como dotadas de organizações internas frágeis e em muitos casos inexistentes. Este trabalho não compartilha este posicionamento e argumenta que a América Latina apresenta um amplo espectro partidário em que convivem dotadas de diferentes graus de organizações. Os principais resultados apontam para uma forte influência da ideologia e no tipo originário sobre o formato do partido.

Palavras-chave: partidos políticos; América Latina; organização partidária; política comparada; ideologia.

***Artigo recebido:** 28 de fevereiro de 2019 / **Aceito:** 18 de julho de 2019 / **Modificado:** 13 de agosto de 2019. O presente artigo é produto de minha tese de doutorado, defendida em 2017. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

****Doutor em Ciência Política** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Pós-Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. e-mail: mayer.rrm@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8611-2489>

Cómo citar

Mayer, R. (2019). Partidos Políticos latino-americanos: padrões organizativos. FORUM. Revista Departamento Ciencia Política, 16, 13-38. <https://doi.org/10.15446/frdcp.n16.78173>

Partidos políticos latinoamericanos: patrones organizacionales

Resumen

Este estudio analiza y clasifica la organización interna de los partidos políticos latinoamericanos, comparando el contenido de 42 estatutos de partidos distribuidos en los 18 países democráticos de la región. La comparación se basa en el análisis de la situación y la identificación de la presencia o ausencia de cierto contenido orgánico en sus cartas orgánicas. La visión predominante de la región apunta a un caso de subdesarrollo partidista, en el que las asociaciones se describen como organizaciones internas frágiles y en muchos casos inexistentes. Este trabajo no comparte esta posición y sostiene que América Latina tiene un amplio espectro partidista en el que viven con diferentes grados de organizaciones. Los principales resultados apuntan a una fuerte influencia de la ideología y el tipo original en el formato del partido.

Palabras clave: partidos políticos; América Latina; organización partidista; política comparada; ideología.

Latin American Political Parties: Organizational Patterns

Abstract

This study analyzes and classifies the internal organization of Latin American political parties, comparing the content of 42 party statutes distributed in the 18 democratic countries from this region. The statute analysis focused on their comparison, highlighting the presence or absence of certain contents in each of them. The prevailing view of the region indicates a case of party underdevelopment, in which the associations are described as having fragile internal organizations, in many cases these are nonexistent. This work does not share that view and argues that Latin America has a broad party spectrum in which parties with different organization levels coexist. The main results indicate a strong influence of ideology and original type on the party's format.

Keywords: political parties; Latin America; party organization; comparative politics; ideology.

Apresentação

Este artigo busca contribuir com o debate ao analisar a organização interna de 42 partidos políticos latino-americanos¹ distribuídos em 18 países da região². Para isso, foi realizada análise de conteúdo de seus estatutos e exame da literatura especializada sobre os partidos e sistemas partidários da região, de modo a compreender seus desenhos organizacionais, seus diferentes padrões e os fatores que influenciam na determinação de organizações mais simples ou mais complexas.

A organização dos partidos políticos é um dos temas fundadores da ciência política moderna, com seus primeiros trabalhos datando da segunda metade do século XX (Crotty, 1970; Seiler, 2000). Ao longo de um pouco mais de um século de produção, muito se produziu sobre como os partidos políticos se estruturam e os conflitos internos pelo domínio da organização. A bibliografia especializada, no entanto, foca quase que exclusivamente nos casos da Europa Ocidental, com o debate sobre a América Latina ocupando um espaço secundário.

Nos últimos anos a situação tem se alterado, com o aumento das pesquisas sobre os partidos políticos e sistemas partidários latino-americanos —e dos países do leste europeu— após os processos de redemocratização da região a partir da década de 1970. O crescimento da quantidade de trabalhos em regiões outrora pouco estudadas —e teorizadas— trouxe a necessidade de rever e reinterpretar os conceitos tradicionais para compreender os novos partidos e sistemas, bem como, as transformações dos partidos da Europa Ocidental (Bardi & Mair, 2010).

1. Os seguintes partidos políticos foram analisados: 1) Argentina: Partido Justicialista (PJ), Partido Propuesta Republicana (PRO) e, Unión Cívica Radical (UCR); 2) Bolívia: Frente de Unidade Nacional (UN) e, Movimiento al Socialismo (MAS-IPSP); 3) Brasil: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e, Partido dos Trabalhadores (PT); 4) Chile: Partido Demócrata Cristiano (PDC), Partido Socialista (PSCH) e, Renovación Nacional (RN); 5) Colômbia: Partido Conservador (PC/COL), Partido Liberal (PL/COL) e, Partido de La U (PLU); 6) Costa Rica: Partido Acción Ciudadana (PAC) e, Partido Liberación Nacional (PLN); 7) El Salvador: Alianza Republicana Nacionalista (ARENA) e, Partido Frente Farabundo Martí Para La Liberación Nacional (FMLN); 8) Equador: Alianza País (AP) e, Creando Oportunidades (CREO); 9) Guatemala: Partido Patriota (PP) e, Unidad Nacional de la Esperanza (UNE); 10) Honduras: Partido Liberal (PLH) e, Partido Nacional (PNH); 11) México: Partido Acción Nacional (PAN), Partido de la Revolución Democrática (PRD/MEX) e, Partido Revolucionario Institucional (PRI); 12) Nicarágua: Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) e, Partido Liberal Independiente (PLI); 13) Panamá: Cambio Democrático (CAMBIO) e, Partido Revolucionario Democrático (PRD/PAN); 14) Paraguai: Asociación Nacional Republicana (ANR) e, Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA); 15) Peru: Fuerza Popular (FP) e, Partido Nacionalista Peruano (PNP); 16) República Dominicana: Partido Revolucionario Dominicano (PRD/DOM) e, Partido Reformista Social Cristiano (PRSC); 17) Uruguai: Frente Amplio (FA), Partido Colorado (PC/URU) e, Partido Nacional (PN/URU) e; 18) Venezuela: Movimiento Primero Justicia (MPJ) e, Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

2. Cuba não foi analisada, pois consiste em um regime de partido único.

A necessidade de repensar e/ou reinterpretar os conceitos é sentida nos estudos organizacionais. Suas bases ainda remetem a partidos políticos de quase setenta anos atrás e é preciso verificar em que medida seus preceitos ainda se encontram presentes nas organizações partidárias atuais e quais desenvolvimentos dos partidos se opõem a elas. Quando aplicamos as teorias partidárias clássicas à realidade latino-americana essa necessidade demonstra ser mais evidente, pois a região, em que pese seu desenvolvimento diverso, geralmente é tratada como um caso de subdesenvolvimento partidário em comparação à Europa Ocidental.

É preciso ter em mente que as construções dos conceitos clássicos sobre partidos políticos tomaram como base evoluções partidárias distantes das encontradas na América Latina —apesar de o Chile e o Uruguai serem assinalados como casos semelhantes aos da Europa Ocidental—, por causa disso, ao utilizá-las o pesquisador deve ter cuidado de não formular análises normativas e cair em uma interpretação etnocêntrica.

Dito isso, o exame da organização interna dos partidos políticos ainda se encontra profundamente ligada a obra de Duverger (1970 [1951]), sobretudo, no exame da evolução partidária. Este trabalho não foge à regra, contudo não busca analisar a existência ou não de partidos de quadros ou de massas na região, mas sim, compreender a organização dos partidos locais e os fatores que incidem sobre a determinação de suas organizações internas. Para realizar este artigo, analisei os estatutos dos partidos selecionados. O exame das cortas orgânicas permite a verificação das estruturas formais do poder, entretanto, seu conteúdo pode demonstrar grande distanciamento da organização de fato. No entanto, seu uso ainda é um recurso importante, pois além de ser uma área de disputa interna, os estatutos fornecem o mapa organizativo, além de importantes informações sobre as agremiações.

De forma sintética, podemos sintetizar nosso argumento em três pontos: 1) o cenário partidário encontrado na América Latina não é tão caótico quanto à literatura especializada apregoa. Na região coexistem partidos de diferentes orientações que constroem organizações dos mais variados tipos, dos mais complexos aos mais simples; 2) o tipo originário exerce grande influência sobre a determinação do formato organizativo, os partidos externos ao parlamento, confirmando a hipótese de Duverger (1970 [1951]), tendem a construir organizações mais complexas que os tipos internos e; 3) o tipo de liderança original das agremiações também exerce grande pressão sobre o formato organizativo. Do mesmo modo que o exposto por Panebianco (2005), as legendas construídas ao redor de uma liderança carismática têm poucos incentivos para a construção de organizações mais complexas.

O texto será dividido em seis partes. A primeira realiza um breve debate com a teoria existente sobre as organizações partidárias. A segunda parte apresenta os principais argumentos acerca dos partidos da região. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos do artigo. A quarta e a quinta analisam a organização e os padrões organizativos da região. Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

Organização dos partidos políticos: apontamentos teóricos

O ramo da ciência política que estuda os partidos políticos como organizações é um dos mais antigos da disciplina, tendo praticamente a inaugurado (Seiler, 2000). Ao longo de um pouco mais de um século, muito se produziu sobre o tema com destaque aos trabalhos pioneiros de Michels (2001 [1911]), Ostrogorski (2012 [1902]) e Duverger (1970 [1951]). Esse último publicou, até o momento, o mais influente estudo sobre as organizações partidárias ocidentais.

Apesar de alguns problemas, como a grande ênfase ao modelo francês (Von Beyme, 1985), a obra de Duverger (1970 [1951]) forneceu uma importante base para os estudos organizacionais, não apenas por causa de suas tipologias, mas por tratar os partidos políticos como organizações (Crotty, 1970; Gunther& Diamond, 2003; Ware, 2004)³.

Duverger (1970 [1951]) em seu trabalho “disseca” a organização dos partidos políticos europeus ocidentais e fornece um mapa organizativo, que serve de modelo para futuros trabalhos. Segundo o autor, as máquinas partidárias são compostas por uma série de instâncias ligadas entre si, formando um sistema hierárquico. Panebianco (2005) segue a mesma linha ao argumentar que o mapa organizativo dos partidos políticos é composto por várias zonas de incertezas, que constituem as instâncias com poder —ou capacidade— de influir na estabilidade da agremiação⁴.

3. Apesar de clássico, o trabalho de Duverger (1970 [1951]) não foi imune a críticas. As principais foram formuladas pouco tempo depois da publicação de sua obra na década de 1950 e se concentram basicamente em questões metodológicas, sendo cinco os principais pontos: 1) visão historicista-evolucionária: trata de considerar que desenvolvimentos comuns geram resultados semelhantes; 2) falácia mística: crença na naturalidade do fenômeno; 3) muitas exceções, as quais são tratadas *ad hoc*; 4) ignora fatores sociais, econômicos e culturais e; 5) classificações não se aplicam a todos, como o Partido Conservador britânico e os partidos estadunidenses (Wildavsky, 1959). Há que se lembrar que o trabalho do autor foi fortemente influenciado pelo modelo francês, com o Partido Socialista servindo de modelo para o partido de massas (Schlesinger&Schlesinger 2006; Von Beyme, 1985; Ware, 2004).

4. O domínio das regras formais consiste em uma das zonas de incerteza formuladas por Panebianco (2005). Para o autor, as zonas de incerteza consistem em elementos que tem a capacidade de alterar a dinâmica interna da organização partidária. Os estatutos entrariam neste grupo, pois se tratam do domínio sobre os limites formais da organização partidária, como o recrutamento de membros e candidatos, seleção de dirigentes e candidaturas, mecanismos de financiamento, entre outros.

Panebianco (2005) argumenta que os partidos políticos são antes de tudo, organizações⁵. Por isso, entende-se que as agremiações partidárias, entre outras coisas, possuem múltiplos escalões de poder, níveis distintos de divisão do trabalho interno, democracia interna —regras para seleção de dirigentes e candidatos—, mecanismos de financiamento diversos e canais de relacionamento com o exterior, isso é, com a sociedade e seus grupos.

Jandae King (1985) operacionalizaram as hipóteses de Duverger (1970 [1951]). Segundo os autores, a obra do cientista político francês é por vezes vaga e imprecisa, pois objetivava a construção de uma teoria geral de partidos políticos. Entretanto, ao testarem as proposições de Duverger (1970 [1951]), os autores confirmam suas hipóteses principais, sobretudo a forte conexão entre a ideologia e a organização.

Nos últimos tempos, questionou-se a importância da organização para os partidos políticos, pois estes se encontram cada vez mais dependentes do Estado para desenvolver as suas atividades (Katz & Mair, 1995). A dependência, segundo Katz e Mair (1995) encontra-se principalmente em termos estruturais e financeiros. No primeiro ponto, a organização interna se encontraria enfraquecida ou diminuída em relação às outras faces partidárias devido às estratégias partidárias —ou de seus grupos dirigentes— o que levanta questionamento sobre a sua própria existência. No segundo ponto, as agremiações partidárias encontram-se cada vez mais dependentes do financiamento estatal para sobreviver⁶ (Mair, 2003). Isso decorre da instabilidade das contribuições financeiras por parte de seus filiados e pela necessidade crescente de recursos devido aos elevados —e crescentes— custos das campanhas eleitorais (Katz & Mair, 2009). Outro debate sobre a organização se refere a questão da informalidade da organização. Segundo Freidenberg e Levitsky (2007), na América Latina existe cada vez mais o predomínio de organizações informais —redes de patronagem, clientelismo, organizações extra-formais, entre outras— sobre as organizações formais.

Por fim, nas últimas décadas muito se escreveu sobre o declínio ou revitalização e adaptação dos partidos políticos. Os teóricos do declínio argumentam que as agremiações partidárias estão em vias de desaparecer e serem substituídas por outras organizações devido à perda de membros, crescente abstenção e volatilidade eleitoral, além do aparecimento

5. Reveles (2015) aponta alguns problemas do trabalho de Panebianco (2005). Segundo o autor, a obra do cientista político italiano apresenta forte eurocentrismo, ignora fatores que exercem grande influência sobre os partidos, tais como: diferenças entre os partidos de oposição e governo, influência do sistema eleitoral e do tipo de regime político, etc.

6. A teoria do cartel partidário fala da simbiose entre os partidos políticos e o Estado, sobretudo pela dependência do primeiro em relação ao segundo (Katz & Mair, 1995, 2009). Porém, outros autores (Blondel, 2009; Von Beyme, 1985) apontam que os Estados democráticos são dependentes dos partidos, pois estes o organizam, e por causa disso, fornecem meios para que as agremiações desenvolvam suas atividades.

de organizações concorrentes, etc. (Montero & Gunther, 2009). De outro lado, outros autores (Aldrich, 2011; Katz & Mair, 1995) argumentam que os partidos não estão em vias de desaparecer, pois não foram substituídos e continuam a desempenhar um importante papel nos regimes democráticos (Montero & Gunther, 2009). Para Katz & Mair (1995), os partidos não estão atravessando um declínio, mas uma revitalização. Segundo os autores, os partidos não são entidades unitárias, mas sim compostas por três faces —pública, base partidária e direção⁷— e o declínio seria apenas de uma das facetas do partido.

Organização partidária na América Latina: fragilidade ou consolidação?

Usualmente os partidos políticos latino-americanos são compreendidos como um caso de subdesenvolvimento partidário ao apresentarem organizações frágeis, precárias —e até mesmo, inexistentes—, pouco institucionalizadas, de curta duração⁸, dominadas por grupos clientelistas, caudilhos e por redes de patronagem, entre outras coisas. Aliado a esse cenário, a região também apresenta grande descontinuidade de seus partidos e sistemas partidários, característica que restringe incentivos para construção de estruturas e organizações partidárias sólidas e duradouras (Levitsky, 2001).

A percepção negativa acerca das legendas da região é acompanhada pelo discurso que seus partidos políticos não possuem laços fortes e duradouros com a sociedade e quando os têm, são efêmeros, aumentando a dependência deles em relação ao Estado, sobretudo em termos financeiros (Van Biezen, 1998). Essa situação não é exclusiva dos partidos políticos latino-americanos, sendo compartilhada por grande parte das democracias ocidentais⁹.

Mesmo com todo este prognóstico negativo os partidos políticos latino-americanos não desapareceram e, em alguns casos, Costa Rica, Chile e Uruguai, se aproximaram de suas contrapartes européias. A região apresenta diversos problemas, no entanto, o cenário não é tão caótico quanto o descrito pela literatura especializada. Muito dessa percepção está relacionada a uma visão eurocêntrica de seus partidos, a qual fornece grande ênfase aos aspectos negativos (Carreras, 2012; Ruiz, 2007).

7. As três faces são: a) pública (*public office*): partido no governo e/ou parlamento; b) base partidária (*party on the ground*): base do partido (filiais, militantes, eleitorado) e; c) direção partidária (*central office*): direção do partido, diretórios e demais instâncias partidárias (Katz & Mair, 1995).

8. Os partidos políticos de curta duração ou *flash-parties* são fundados e desaparecem logo após uma eleição (Rose e Mackie, 1988). Em sua maioria, são projetos personalistas que não obtiveram sucesso eleitoral.

9. A dependência dos partidos políticos em relação ao Estado é um tema crescente na ciência política. Segundo Katz e Mair (1995), os partidos ao longo do tempo alteram o sentido de suas organizações ao passarem da sociedade para o organismo estatal, o qual passa a fornecer os principais recursos para sua existência (pessoal especializado e subsídios financeiros).

O *eurocentrismo* também levanta o debate sobre a aplicação dos conceitos tradicionais a realidade latino-americana. Sua aplicação não é restringida, mas deve ocorrer com devidos cuidados, pois os conceitos foram criados para explicar uma realidade —e principalmente, uma evolução— distinta, a qual não se repete em outras regiões, o que pode levar a distorções em sua aplicação e análise dos casos. Muitas das críticas aos partidos locais vêm de sua impossibilidade de alcançar o status de partido de massas¹⁰, porém, é fundamental relembrar que o desenvolvimento partidário da região ocorreu de modo diverso e, por isso, deve-se utilizar as tipologias com cautela, de modo a evitar problema de ordem normativa.

Dito isso, o cenário na América Latina não apresenta um nível de subdesenvolvimento tão extremo quanto o apresentado pela literatura especializada. Muitos dos partidos da região apresentam problemas, porém muitos também se assemelham às agremiações da Europa Ocidental. Toda essa situação abre espaço para um importante questionamento: os problemas apresentados pelos partidos latino-americanos são exclusivos à região ou muitos deles são compartilhados pelas organizações partidárias ao longo do planeta?

A organização dos partidos políticos latino-americanos: apontamentos metodológicos

Para realizar a análise, recorri ao exame dos estatutos partidários. A questão da utilização das cartas orgânicas é um tanto quanto controversa para a bibliografia especializada, pois seu conteúdo pode não condizer com a realidade apresentada pelos partidos. De modo complementar, as críticas também atentam para o risco de um possível excesso de formalismo e, novamente, um distanciamento da realidade. Contudo, para Katz e Mair (1995), os estatutos preenchem múltiplas funções. Primeiro, atuam como uma importante fonte de informação. Os partidos políticos são organizações extremamente fechadas e fornecem poucos—ou nenhuma— informação sobre seu funcionamento e organização a elementos externos a eles. Essa situação foi observada por Duverger (1970 [1951]) na década de 1950 e pouco se alterou até hoje¹¹. Segundo, o exame das cartas orgânicas também auxilia ao fornecer o mapa organizativo das organizações, isso é, quais

10. Os partidos de massas são tidos como o auge da experiência partidária, pois contam com fortes estruturas organizacionais, posicionamento ideológico bem delimitado, estreito contato com seus membros e com a sociedade, entre outras características (Duverger, 1970 [1951]).

11. Os problemas de acesso aos partidos políticos são recorrentes ao pesquisador. Duverger (1970 [1951]), em seu clássico trabalho sobre as máquinas partidárias de seu tempo —primeira metade do século XX—, atentava sobre as dificuldades de acesso ao interior dos partidos, que se encontram restritas a somente aos seus círculos internos. Mais de sessenta anos depois, a situação pouco se alterou.

são suas estruturas de poder e como as atividades, conflitos, distribuição de recursos, processo decisório interno, entre outros, são organizados. Terceiro, sua análise possibilita a comparação entre a organização formal e a real —e até mesmo a informal, quando identificada—. Por último, o controle sobre as regras formais são, como bem salientado por Panebianco (2005), um importante recurso de poder interno, pois quem as controla, pode alterá-las para satisfazer seus objetivos.

Neste trabalho o foco neste trabalho se encontra em questões mais gerais, como qual o desenho organizativo formal adotado pelos partidos políticos latino-americanos e como estas questões são influenciadas pela origem, tipo de liderança e presença de grupos externos em sua formação, em trabalhos futuros, pretendo aprofundar o estudo das organizações partidárias latino-americanas. Somente o mapeamento das instâncias não é suficiente para comparar o desenho organizativo, pois simplificaria em demasia as características organizacionais. Para resolver a esta questão, adicionei dois outros critérios organizativos: 1) abertura das instâncias decisórias a participação dos filiados, isso é, quem participa das instâncias deliberativas e como é o processo de escolha das lideranças¹² e; 2) quais os canais de financiamento dispostos nos estatutos¹³. Outras questões importantes como centralização e descentralização, papel dos membros, integração entre as instâncias, perfis das lideranças, entre outros, serão abordados em um trabalho futuro.

Para analisar os estatutos recorri a identificação da presença ou ausência das seguintes instâncias nos estatutos partidários: instâncias deliberativas, executivas, diretivas; núcleos de base, instâncias de consulta. Em relação aos dois últimos itens, é preciso fazer algumas observações. Primeiro, em relação aos núcleos de base, optei por considerar apenas as instâncias descritas como tal, isso é, as identificadas como responsáveis pela atuação junto à sociedade, com base territorial ou não, por causa disso, secretarias não foram consideradas. Em relação às instâncias de consulta, algumas agremiações não dispõem de nenhum, enquanto outras dispõem de dois ou mais mecanismos de consulta a seus membros e à sociedade em geral.

12. Os critérios adotados para medir a participação dos membros foram os seguintes: 1) participação nas instâncias deliberativas: a participação era aberta a todos os membros ou somente a delegados e/ou dirigentes e; 2) processo eleitoral interno: quem votava nas eleições? Todos os filiados, delegados ou dirigentes?

13. O financiamento dos partidos políticos é um tema que tem ganhado cada vez mais espaço na ciência política. Os partidos políticos possuem uma multiplicidade de fontes de receitas, com destaque para o financiamento por parte de seus membros, do Estado e de fontes privadas (individuais ou empresariais). Nos últimos, o debate tem tratado da dependência das agremiações em relação às duas últimas formas de financiamento, com o financiamento de seus filiados, decaindo em níveis de fluxo e de estabilidade.

Para viabilizar —e visualizar— a comparação entre os estatutos, construí uma escala de pertencimento dos partidos no quesito organizacional. A construção da escala se baseou exclusivamente nos conteúdos estatutários e vai de 0 a 1. Sendo 0, total ausência de organização e 1, a presença de todos os elementos elencados acima. Quanto mais próximo de 1, maior será o número de instâncias selecionadas (deliberativa, diretiva, executiva, núcleos de base, mecanismos de consulta), mais canais de financiamento dispostos nas cartas orgânicas e maior será a abertura aos membros nos processos decisórios internos.

A organização dos partidos políticos latino-americanos

O primeiro desafio encontrado neste estudo foi como selecionar os partidos políticos a serem comparados? A América Latina é uma região rica na quantidade de agremiações partidárias relevantes e ainda mais no número de partidos existentes. A seleção dos casos buscou equilibrar a diversidade encontrada em toda a região e, ao mesmo tempo, procurou não privilegiar alguns países em detrimento de outros. Por causa disso optou-se por escolher somente partidos relevantes nos parlamentos nacionais até 2016, ano em que análise estatutária foi realizada¹⁴.

Um segundo problema encontrado tratou da comparação entre os partidos políticos. Quando recorremos a um estudo de natureza comparativa, existe a necessidade de equilibrar a quantidade de casos com o número de variáveis selecionadas (Lijphart, 1971). Por essa razão, um exame descritivo foi inviabilizado e o trabalho focou em aspectos mais gerais e formais das organizações partidárias.

Devido à grande quantidade de legendas presentes nos Congressos Nacionais e ao elevado número de países escolhidos, optamos por selecionar pelo menos dois partidos de cada país. Alguns países, como a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o México e o Uruguai tiveram um caso a mais selecionado. Isso se deu por causa da alta fragmentação de seus sistemas —Argentina e Brasil— ou devido ao equilíbrio de forças de seus sistemas partidários —demais casos—.

14. A própria questão da relevância é afetada pelo acesso aos dados. Alguns partidos, como a UDI chilena, não disponibilizam seus estatutos em seus sites e estes também não se encontram disponíveis nos sites dos Tribunais eleitorais.

Quadro 1. Partidos políticos selecionados

Partido	País	Fundação	Estatuto ¹⁵	Ideologia	Origem	Liderança Carismática	Entidade Patrocinadora
PJ	Argentina	1946	2013	Centro ¹⁶	Interna	Histórica	Inexistente
PRO	Argentina	2010	Sem data	Direita	Interna	Presente	Inexistente
UCR	Argentina	1891	2011	Centro	Externa	Inexistente	Inexistente
UN	Bolívia	2003	Sem data	Centro-esquerda	Interna	Presente	Empresariado
MAS-IPSP	Bolívia	1987	2012	Esquerda	Externa	Presente	Movimentos sociais
MDB ¹⁷	Brasil	1980	2012	Centro	Interna	Inexistente	Inexistente
PSDB	Brasil	1988	2015	Centro-direita	Interna	Inexistente	Inexistente
PT	Brasil	1980	2012	Centro-esquerda	Externa	Inexistente ¹⁸	Movimentos sociais
PDC	Chile	1957	2005	Centro	Interna	Inexistente	Inexistente ¹⁹
PSCH	Chile	1933	2015	Esquerda	Interna	Inexistente	Inexistente
RN	Chile	1987	2006	Centro-direta	Interna	Inexistente	Inexistente
PC/COL	Colômbia	1849	2012	Direita	Interna	Inexistente	Inexistente
PL/COL	Colômbia	1848	2012	Centro	Interna	Inexistente	Inexistente
PLU ²⁰	Colômbia	2005	2012	Direita	Interna	Presente	Inexistente
PAC	Costa Rica	2000	2013	Centro-esquerda	Interna	Inexistente	Inexistente
PLN	Costa Rica	1951	2013	Centro-esquerda	Interna	Histórica	Inexistente
ARENA	El Salvador	1981	2014	Direita	Externa	Inexistente	Empresariado
FMLN	El Salvador	1980	2006	Esquerda	Externa	Inexistente	Guerrilhas
AP	Equador	2006	2011	Esquerda	Externa	Presente	Movimentos Sociais
CREO	Equador	2012	2014	Direita	Externa	Presente	Empresariado

15. O PRO, a UN e, o PNH não informaram a data de publicação de suas atuais cartas orgânicas.

16. O debate sobre a classificação ideológica do PJ é amplo e controverso. A agremiação, em seu interior, possui setores identificados com a esquerda, direito e o centro, os quais disputam a liderança da agremiação, o que aumenta a confusão em torno da ideologia da agremiação. De modo a classificar a agremiação, adotei a classificação de Alcántara (2013) que localiza o partido ao centro, porém, com predomínio ora de grupos mais à esquerda, ora mais à direita.

17. Em 2018, o PMDB alterou seu nome para MDB.

18. Apesar da forte liderança sobre o partido, Lula não pode ser considerado como uma liderança carismática, no sentido de Panebianco (2005), do PT, pois o partido não foi formado ao seu redor.

19. O partido tem fortes ligações com a Igreja Católica.

20. Partido de La U.

Quadro 1. Partidos políticos seleccionados (continuación)

Partido	País	Fundação	Estatuto	Ideologia	Origem	Liderança Carismática	Entidade Patrocinadora
PP ²¹	Guatemala	2001	2006	Centro-direita	Interna	Inexistente	Inexistente
UNE	Guatemala	2002	2006	Centro-esquerda	Interna	Presente	Inexistente
PLH	Honduras	1891	2010	Centro-direita	Interna	Histórica	Inexistente
PNH	Honduras	1902	Sem data	Direita	Interna	Inexistente	Inexistente
PAN	México	1939	2013	Centro-direita	Externa	Histórica	Inexistente
PRD/MEX	México	1989	2013	Centro-esquerda	Interna	Inexistente	Movimentos sociais
PRI	México	1929	2014	Centro	Interna	Inexistente	Inexistente
FSLN	Nicarágua	1961	2002	Esquerda	Interna	Inexistente	Guerrilhas
PLI	Nicarágua	1944	2013	Centro-direita	Interna	Inexistente	Inexistente
CAMBIO	Panamá	1998	2012	Centro-direita	Interna	Presente	Inexistente
PRD/PAN	Panamá	1979	2013	Centro-esquerda	Interna	Presente	Forças armadas
ANR	Paraguai	1887	2011	Direita	Interna	Inexistente	Inexistente
PLRA	Paraguai	1978	2015	Centro	Interna	Inexistente	Inexistente
FP	Peru	2010	2011	Direita	Interna	Presente	Inexistente
PNP	Peru	2005	2010	Esquerda	Interna	Presente	Inexistente
PRD/DOM	República Dominicana	1939	2004	Centro	Externa	Inexistente	Inexistente
PRSC	República Dominicana	1963	2014	Centro-direita	Interna	Histórica	Inexistente
FA	Uruguai	1971	2011	Esquerda	Interna	Inexistente	Inexistente
PC/URU	Uruguai	1836	2011	Centro-direita	Interna	Histórica	Inexistente
PN/URU	Uruguai	1836	2012	Centro	Interna	Inexistente	Inexistente
MPJ ²²	Venezuela	2000	2012	Direita	Externa	Presente	Movimentos sociais
PSUV	Venezuela	2007	2010	Esquerda	Interna	Histórica	Inexistente

Fonte: elaboração do autor com base em Mayer (2017).

21. Extinto em 2017.

22. Movimiento Primero Justicia.

Classificar os partidos políticos na escala direita-esquerda consiste em uma árdua tarefa para os pesquisadores, pois apesar da grande quantidade de material bibliográfico disponível, não existe na bibliografia sobre a região um consenso amplo sobre o posicionamento ideológico de seus partidos, com várias classificações concorrendo entre si. Algumas (Alcántara, 2013), optam por classificar os partidos de acordo com o auto-posicionamento de seus parlamentares e dirigentes, outras buscam classificar por meio do conteúdo de seus programas e manifestos partidários (Budge et al., 2001). Neste caso, optei por classificar os partidos políticos de acordo com a bibliografia especializada²³, pois apesar de suas limitações —e da não existência de consenso entre os autores— esta opção permitiu operacionalizar a classificação e compreender como os especialistas rotulam as agremiações partidárias de seus países.

A seleção dos casos mostra um relativo equilíbrio entre os espectros ideológicos, com uma quantidade um pouco superior de partidos mais à direita —dezoito partidos de direita e centro-esquerda contra quinze de esquerda e centro-esquerda—. Um dado que chama a atenção é a expansão da esquerda na região. Durante os períodos democráticos, a esquerda, na maioria das vezes e dos países, foi uma força secundária na região, com poucas legendas fortes eleitoralmente. O cenário desde a redemocratização se alterou drasticamente, sobretudo, após as crises econômicas, políticas e sociais da década de 1990, as quais abriram espaço para o crescimento e consolidação da esquerda na América Latina.

O modo como os partidos se originam e sua influência sobre os desenhos institucionais dos partidos políticos é um dos principais temas nos estudos organizacionais partidários. A realidade latino-americana, no entanto, apresenta um cenário distinto do descrito pela literatura especializada, pois foi marcado por inúmeras rupturas na ordem democrática, as quais afetaram o desenvolvimento dos partidos e dos sistemas partidários da região, pois em muitos casos a descontinuidade foi acompanhada pelo fim das organizações partidárias e quando do retorno à ordem democrática, novos atores e partidos foram organizados de modo a substituir as antigas legendas (Alcántara, 2013).

Por meio de uma abordagem institucional, Duverger (1970 [1951]) argumenta que a origem partidária se encontra ligada com o relacionamento que as agremiações possuem com os parlamentos nacionais. De modo resumido, o autor elenca dois tipos de origem partidária: a) partidos de origem interna: tratam de agrupamentos parlamentares unidos por interesses comuns e; b) partidos de origem externa: construção do partido ocorre por grupos que se encontram fora da arena parlamentar. O modelo proposto por Duverger (1970 [1951]) é importante para compreender a gênese partidária, porém, é demasiado

23. As seguintes obras foram consultadas para classificação ideológica: Alcántara e Freidenberg (2001, 2003a, 2003b); Alcántara (2013); Enríquez (2017); Colomer e Escatel (2005).

simplista, pois considera apenas a presença ou ausência dos partidos nos parlamentos. Como forma de entender melhor a origem, identificamos os grupos formadores —no caso dos partidos externos— e o forma de união nos partidos internos.

Quadro 2. Origem dos partidos políticos

Tipo de origem	Forma originária	Partidos Políticos
Interna	Fusão	PJ; PRO; PDC; PSCH; PNH; FA; PSUV
	Facção/cisão	UN; PSDB; PLU; PAC; PLI; CAMBIO; PLRA; PNP
	Estado	MDB; RN; PC/COL; PL/COL; PLN; PP; UNE; PLH; PRI; FSLN; PRD/PAN; ANR; PLRA; FP; PC/URU; PN/URU
Externa	Empresários	ARENA, CREO, MPJ
	Movimentos sociais	PT, MAS-IPSP, AP, FMLN, PRD/MEX
	Outros	UCR, PAN, PRD/DOM

Fonte: elaboração do autor com base em Mayer (2017).

A formação de partidos internos envolve a formação dos próprios sistemas democráticos —ou autoritários ou hegemônicos, quando o sistema busca fornecer um verniz democrático ao adotar um partido oficial— e o realinhamento das elites políticas. No primeiro caso, alguns partidos são construídos durante —ou logo após— o processo de independência de seus países —o Partido Colorado e o Partido Nacional do Uruguai, por exemplo—, outros se formaram durante as primeiras experiências democráticas (ANR, PC/COL, PL/COL e, PLH), outros também se originam com o retorno à democracia (FSLN e, PRD/PAN), também existem casos de formação por meio da ação de grupos dirigentes presentes no último período ditatorial, seja de oposição consentida (MDB), seja de governo (RN) e, por fim, como partido oficial do governo (PRI). Nos demais casos de formação interna (UN, PSDB, PLU, PAC, PLI, CAMBIO, PLRA²⁴ e, PNP) ocorreram por

24. O PLRA é o “herdeiro” do antigo Partido Liberal paraguaio (fundado no século XIX). Sua origem remonta a duas cisões ocorridas durante o período ditatorial. A primeira, em 1966, vem da contestação de grupos liberais sobre a participação nas eleições promovidas pela ditadura e, resulta no surgimento do PLR (Partido Liberal Radical). A segunda cisão, em 1978, também vem do descontamento de alas da legenda (neste caso, dos grupos mais jovens), com a postura do PLR frente ao governo autoritário, postura a qual, os dissidentes consideravam brandas e de apoio ao regime. Da segunda cisão, surge o PLRA, que inicialmente se constitui na ilegalidade (sendo reconhecimento ainda em 1978) e, somente é legalizado em 1989, com o fim do governo de Stroessner.

meio de fusões e cisões de partidos políticos no interior dos parlamentos, seja por meio de divergência, seja através de estratégias das elites políticas.

A formação de partidos externos ocorre em menor escala em comparação aos partidos internos. Essa situação não é exclusividade da América Latina, mas uma tônica da gênese partidária. A região apresenta relativa diversidade sobre os grupos patrocinadores, como movimentos sociais e sindicais (PT), movimentos étnicos e sociais (MAS-IPSP), movimentos sociais (AP, PRD/MEX), movimentos estudantis (PAN e UCR), guerrilhas (FMLN) e grupos exilados (PRD/DOM). No entanto, a região apresenta uma novidade em relação à teoria, que é a presença de partidos externos construídos por grupos empresariais (ARENA, CREO e MPJ). A opção destes atores por fundar um partido para além das fronteiras dos parlamentos nacionais pode indicar um certo desgaste das elites políticas locais frente a alguns setores econômicos, que não se sentem representadas pelas atuais elites políticas e visam influenciar o processo diretamente. Bem como, pode indicar uma espécie de mimetismo por parte de seus fundadores, isso é, se inspiram no sucesso de outras formações partidárias.

Quadro 3. Entidades patrocinadoras e tipos de liderança

		Partidos Políticos
Entidade patrocinadora	Empresários	ARENA
	Forças armadas	PRD/PAN
	Guerrilhas	FMLN, FSLN
	Movimentos sociais	MAS-IPSP, PT, AP, PRD/MEX
Liderança carismática	Atual	PRO, UN, MAS-IPSP, PLU, AP, CREO, UNE, CAMBIO, PRD/PAN, FP, PNP, MPJ
	Histórica	PJ, PLN, PLH, PAN, PRSC, PC/URU, PSUV

Fonte: elaboração do autor com base em Mayer (2017).

Relacionada a questão genética, os partidos políticos podem ser construídos ao redor de grupos da sociedade civil (sindicatos, por exemplo) ou também como projetos personalistas, isso é, podem se formar ao redor de uma liderança do tipo carismático (Panebianco, 2005). No primeiro caso, Duverger (1970 [1951]) identifica a construção por “entidades patrocinadoras” como a mais próxima das agremiações de esquerda, devido a ação dos sindicatos e demais organizações operárias. O segundo caso, trabalhado por Panebianco (2005), trata de partidos construídos como projetos de lideranças, as quais não possuem incentivos para a construção de legendas fortes ou institucionalizadas.

Dentre os partidos selecionados, poucos foram construídos por meio da ação patrocinada por agentes da sociedade civil. A ARENA demonstra ser um caso particular, pois sua fundação ocorreu por meio da ação de grupos empresariais, contrariando os prognósticos de predomínio das esquerdas na formação de partidos políticos por meio de entidades patrocinadoras. O CREO e o UN também contaram com apoio empresarial, porém, sua formação ocorreu mais como um projeto pessoal de seus líderes do que como uma ação patronal²⁵. O PRD panamenho se formou por meio da ação dos militares durante o processo de redemocratização na década de 1980. A FMLN e a FSLN foram fundadas por membros das guerrilhas contrárias aos regimes autoritários de seus países —El Salvador e Nicarágua— e quando da irrupção do sistema democrático se transformaram em partidos políticos, com o partido nicaraguense sendo o propulsor da redemocratização após a revolução sandinista (Marti i Puig, 2009, 2013). O MAS-IPSP, a AP, o PRD/MEX e o PT constituem nos casos mais próximos da teoria. O primeiro foi formado através da ação do movimento cocaleiro boliviano, de grupos indígenas e de setores da classe média (Gutiérrez & Lorini, 2007; Reis, 2013). A AP por meio de movimentos sociais que reivindicavam a auditoria da dívida pública equatoriana (Pachano, 2005, 2010). O PRD/MEX se originou da união de partidos de esquerda e de diversos movimentos sociais —urbanos, camponeses, entre outros— (Jiménez, Vivero & Báez, 2003). Por fim, o PT se originou de movimentos sociais, setores ligados à Igreja Católica —comunidades eclesiais de base—, sindicatos, intelectuais, entre outros grupos (Ribeiro, 2008).

A construção de partidos ao redor de lideranças personalistas é uma constante na literatura especializada sobre a região, muitos autores argumentam que a América Latina é dominada por grupos clientelistas e por lideranças caudilhas, fato que diminui os incentivos para a formação de partidos políticos fortes (Roberts & Wibbels, 1999). Contudo, a existência de partidos personalistas e/ou dominados por lideranças não é exclusividade da região, com partidos desta natureza na Europa Ocidental e demais regiões do planeta²⁶.

25. Usualmente, os grupos empresariais apoiam partidos —tanto de direita, quanto de esquerda, porém, sua presença é mais sentida no primeiro grupo— e influenciam as políticas de modo indireto através do lobby, financiamento de campanhas, etc. Nos últimos anos —e décadas—, empresários e grupos empresariais têm optado por outra estratégia, ao invés, de influenciar a política de modo indireto, têm buscado uma ação direta ao não buscar a intermediação dos partidos tradicionais e atuarem, eles mesmos como atores políticos partidários.

26. Janda e King (1985), em seu trabalho sobre a obra de Duverger (1970 [1951]), atentam para o fato que partidos dominados por algum tipo de liderança não são raros e, entre 1957 e 1962, corresponderam a aproximadamente quarenta por cento no mundo.

A maioria dos casos da região²⁷ é concentrada nos países andinos²⁸, que experimentaram uma forte crise econômica, política e social no final do século passado e começo do atual. A forte crise acabou por abrir uma espécie de “janela de oportunidades” para novos atores políticos por causa do “derretimento” dos antigos sistemas partidários (Mainwaring, Bejarano & Pizarro, 2006). Uma observação é de fundamental importância: é preciso distinguir entre partidos que se encontram organizados sob os interesses de sua principal liderança daqueles que já ultrapassaram esta fase e atualmente se encontram consolidados enquanto partidos²⁹.

Padrões de organização partidária na América Latina

Cada partido político possui uma organização única, fruto do processo de escolhas de seus membros ao longo de sua trajetória. Mesmo com suas características próprias, as organizações partidárias assemelham-se, isso se deve a tendência dos partidos de imitarem –ou mimetizarem– uns aos outros, absorvendo estratégias e iniciativas que julgam as mais aptas para atingir seus objetivos. As legislações partidárias também influenciam na definição do desenho organizativo, entretanto, as leis apenas determinam a base sob os quais partidos constroem suas organizações (Mayer, 2017).

Para classificar os partidos políticos recorri a criação de scores partidários. Essa medida foi criada com base nos estatutos partidários e obedeceu aos seguintes critérios: a) scores máximos e elevados –entre 1 e 0.9–: possuem todas as instâncias –deliberativa, diretiva, executiva, de base, apoio e consulta–; ampla participação dos filiados nas instâncias superiores e na escolha dos candidatos e dirigentes e; definição da obrigatoriedade –inclusive, determinando valores– de contribuição financeira por parte dos membros; b) score alto –entre 0.8 e 0.6–: possuem todas as instâncias diretivas, porém, possuem ausência de, pelo menos uma, instância de base, apoio e consulta; ampla participação, sobretudo na questão

27. Dentre os casos selecionados, dezenove foram formados ao redor de algum tipo de liderança. Destes, doze ainda se encontram sobre o domínio ou sob forte influência de seu fundador e, quatro (PRO, UNE, CAMBIO e, PRD/PAN) não se encontram nos países andinos.

28. Logo após a redemocratização na década de 1980 os sistemas partidários dos países andinos atravessaram um grande colapso. Este foi motivado por uma forte crise político, social e econômica como nos casos da Bolívia, Equador e Venezuela (IlleraCorreal, 2009; Pachano, 2010; Torrico, 2014) ou por projetos autoritários decorrentes da crise, como no Peru. Em sua totalidade, estes países viram seus sistemas partidários desaparecerem e serem substituídos por novos atores políticos resultantes do período de alta instabilidade.

29. LaPalombara e Weiner (1966) debatem essa questão ao tratarem da diferenciação entre partidos políticos e proto partidos. Para os autores, um partido somente é constituído a partir do momento que sobrevive as suas lideranças, isso é, a organização se torna duradoura e adquire valor em si.

da seleção dos candidatos e; estabelecem a contribuição obrigatória de seus filiados, mas são vagos em relação a valores; c) score intermediário (0.5): possuem todas as instâncias diretivas, mas possuem ausência de instâncias de base e de consulta ou apenas ausência de instâncias de consulta; participação restrita as eleições internas e; somente menções as contribuições dos filiados e; d) scores pequenos (entre 0.4 e 0.2): ausência de instância diretiva ou executiva, contudo, varia nas na presença ou ausência de instâncias de base, apoio ou consulta; participação, em sua maioria, restrita as questões eleitorais internas e; questão da contribuição dos membros varia da obrigatoriedade a meras menções.

O rico e extenso mosaico partidário da região pode ser separado em alguns grupos de acordo com a localização das agremiações nas escalas de pertencimento construídas. O primeiro grupo trata de agremiações com máximo grau de pertencimento (de 0.9 a 1). O segundo aborda partidos com índices elevados (0.8 a 0.6). Em comparação ao primeiro grupo, esse possui com um número maior de componentes –15 a 7– e uma maior diversidade quanto as características de seus componentes. O terceiro de partidos “intermediários”, ou seja, partidos que apresentam scores igual a 0.5. Por fim, o quarto grupo apresenta partidos com escalas iguais ou inferiores a 0.4³⁰.

Quadro 4. Scores partidários

	Scores	Partidos
Scores máximos e elevados	1	PT ³¹
	0.9	UCR; PC/COL; PL/COL; PLH; PRD/PAN; PRD/DOM
Scores altos	0.8	PJ; PSDB; PSCH; PNH; CAMBIO; ANR
	0.7	PLN; FMLN; AP; PRD/MEX; PRSC; MPJ
	0.6	MDB; RN; FSLN
Scores intermediários	0.5	PRO; MAS-IPSP; PDC; PLI; PAN; PLRA
Scores pequenos	0.4	UN; PNP; FA; PC/URU; PN/URU
	0.3	PAC; ARENA; CREO; PP; UNE; FP
	0.2	PLU; PRI; PSUV

Fonte: elaboração do autor com base em Mayer (2017).

30. Um quinto grupo seria possível com partidos dotados de scores 0 ou 0.1. Entretanto, neste estudo, nenhum partido se encontra em um destes dois grupos.

31. O score máximo do PT decorre do amplo espaço que o partido fornece a seus membros no processo decisório interno, com múltiplos canais de consulta e participação. É importante salientar, que uma maior abertura formal pode não traduzi-se em uma maior participação real.

Dentre os componentes do primeiro grupo, nenhum se encontra nos países que atravessaram por colapso no final da década de 1990 e começo da década de 2000. Contudo, esse tipo também tem agremiações presentes em sistemas políticos em estabilização, como o brasileiro³² e outros instáveis como hondurenho, o panamenho e o dominicano. A existência de partidos políticos com alto grau de divisão interna em países politicamente instáveis é um indicativo que partidos complexos não necessariamente precisam de sistemas políticos estáveis para existir. Honduras, por exemplo, desde a sua redemocratização em 1981, conta com partidos tradicionais longevos –ambos possuem mais de cem anos–³³, porém, na última década o país tem atravessado fortes crises políticas, com denúncias de corrupção e fraudes eleitorais, entretanto, seus dois principais partidos apresentam altos scores organizativos.

Sobre a ideologia, essa se encontra bem distribuída ao longo do espectro partidário analisado, sem apresentar um amplo domínio de um posicionamento sobre o outro. O não predomínio de um grupo ideológico sobre o outro apresenta uma novidade em termos teóricos, pois a literatura sobre o tema argumenta que os partidos políticos mais à esquerda tendem a construir organizações mais robustas em comparação as mais à direita. A partir da análise, podemos deduzir que houve uma mudança de orientação por parte dos partidos mais à direita devido a adaptação destes a um ambiente que exige maior especialização de suas estruturas internas e organização³⁴.

A origem demonstra uma divisão clara entre partidos internos e externos. Os partidos de formação interna apresentam, em sua totalidade, origens ligadas as máquinas governamentais. Em reação aos tipos externos, somente o PT possui vínculos com movimentos sindicais, o novo sindicalismo, como tradicionalmente tratado pela bibliografia especializada. Os demais possuem vínculos com agremiações estudantis (UCR) e exilados (PRD/DOM).

32. O sistema político brasileiro desde 2013 tem enfrentado uma grave crise política, com o crescimento da insatisfação da população perante os partidos, o legislativo e a presidência da República.

33. O caso hondurenho é sintomático, para parte da literatura especializada, o país é um dos mais estáveis da América Central e sua transição democrática não enfrentou grandes conflitos e tensões, devido a cooperação entre os militares e os dois principais partidos, além da inexistência de guerrilhas. Nesse sentido, a estabilidade do sistema vem da capacidade dos dois principais partidos –PLH e PNH– de estruturarem a competição partidária. No entanto, os recorrentes casos de instabilidade política e as denúncias de corrupção e fraudes eleitorais colocam a dita estabilidade em xeque.

34. Os partidos políticos não são organizações rígidas que pouco se adaptam as mudanças. Apesar de demorarem para se adaptar, as agremiações tendem a copiar o sucesso uma das outras, com adoção de ações e estratégias eleitorais –e organizativas– semelhantes.

O personalismo conta com pouca presença neste grupo, com somente o PRD panamenho possuindo uma liderança deste tipo (Omar Torrijos Herrera), a legenda também apresenta grandes vínculos com as forças armadas, sendo identificado como o herdeiro político do período militar. Outros dois partidos (PLH e PRD/DOM) também foram formados pela ação de uma liderança carismática, entretanto, ambas são lideranças históricas e os dois partidos estruturam e desenvolveram suas organizações sem a presença destes dirigentes ao longo do tempo.

O segundo grupo concentra um grande contingente de partidos políticos examinados (15 de 42). Do mesmo modo que o primeiro grupo, as agremiações formadas ao redor de um líder carismático são poucas, mais especificamente, somente a AP e o MPJ apresentam esta característica. A Alianza País foi formada ao redor de Rafael Corrêa em meio ao debate sobre a dívida pública equatoriana e Movimiento Primero Justicia (Henrique Capriles). Sendo que ambos são os únicos casos de partidos oriundos do reordenamento do sistema partidário andino com scores acima de 0.5. Somente 5 dos 15 se originaram de forma externa ao parlamento. Desses cinco, dois (FMLN e FSLN) possuem laços genéticos com guerrilhas contrárias as ditaduras de seus países, dois (AP e MPJ) emergiram durante o período de forte crise política atravessada por seus países³⁵ e, o PRD mexicano foi patrocinado por grupos de esquerda e movimentos sociais. Sobre os demais, não existe o predomínio de um sentido da origem interna –cisão, fusão, governo ou oposição–, com os integrantes distribuídos de forma mais ou menos homogênea entre eles, com exceção dos grupos oposicionistas que possui somente um partido (PRSC). A ideologia apresenta um relativo equilíbrio, com sete partidos mais a centro-direita e a direita e seis a centro-esquerda e à esquerda. Novamente, apresentando uma tendência de aproximação entre partidos de direita e de esquerda quanto as suas estratégias organizacionais.

O grupo intermediário não apresenta um claro padrão das características de seus membros, muito por causa do seu número reduzido –somente seis–. O tipo apresenta somente dois partidos externos MAS-IPSP e o PAN. O primeiro formado por movimentos sociais e o segundo, construído ao redor de Manuel Gómez Morín e quatro tipos internos. Dois construídos por fusão (PRO e PDC) e outros dois por cisão (PLI e PLRA). O MAS-IPSP, junto com o PRO são os dois partidos personalistas do grupo, com o partido boliviano constituído ao redor de Evo Morales e, o argentino, em torno de Mauricio Macri, então prefeito de Buenos Aires (Vommaro&Morresi, 2014).

35. O caso venezuelano é o maior exemplo de desinstitucionalização da região. O país até a década de 1990 contava com um dos sistemas partidários mais institucionalizados da região, em que pese a exclusão de partidos à esquerda, comparado aos sistemas europeus (Sagarzazu, 2011). Contudo, a forte crise político, econômica e social levou a desestruturação deste sistema, com as antigas forças desaparecendo ou perdendo a sua relevância em um curto espaço de tempo (Sagarzazu, 2011).

Por fim, o último tipo também conta com um alto número de componentes (14 de 42). Assim como os demais tipos, a ideologia no quarto grupo é distribuída de forma semelhante entre os espectros ideológicos, sem o predomínio de um espectro ideológico. Somente dois partidos de origem externa se encontram presentes: CREO e ARENA. O primeiro foi construído por meio da ação de movimentos sociais e étnicos e os dois outros, por meio do empresariado. Chama a atenção o alto número de partidos formados ao redor de lideranças carismáticas (6 ao todo), os quais podem ser distinguidos em 2 grupos: a) ação estratégica de lideranças políticas em busca de mais espaço ou de maior protagonismo no processo eleitoral, como o Partido de La U colombiano, constituído por meio da ação do ex-presidente Álvaro Uribe; b) construídos ao redor de lideranças que emergiram do período de crise econômico-político-social no final do século XX e começo do século XXI: trata dos partidos andinos analisados, que, sem exceção, foram construídos como resultado da crise política que assolou a região no final do século XX e começo do XXI. O caso dos Andes é sintomático, em momentos de crises abrem-se oportunidades para a criação de novos partidos que canalizem as novas demandas sociais ou que representem os conflitos existentes durante a crise.

Considerações Finais

A partir do exposto ao longo do artigo podemos identificar alguns padrões e tendências gerais nos partidos latino-americanos. O primeiro é o forte impacto que a gênese partidária tem sob a organização. Confirmando a tese de Duverger (1970 [1951]), os partidos de origem externa tendem a construir organizações com maior divisão do trabalho interno do que os de origem interna. Dentre os partidos externos, somente 3 (MAS-IPSP, ARENA e CREO) possuem scores inferiores a 0.5 e dois deles (MAS-IPSP e CREO) se encontram formados ao redor de lideranças personalistas. Destes, somente o MAS-IPSP se encontra na esquerda e relacionado com movimentos sociais, enquanto os outros dois se encontram na direita e próximos a grupos empresariais. Os demais, independentemente da conjuntura em que estão inseridos, apresentam altos scores, principalmente aqueles que contam com entidades patrocinadoras. De outro lado, a maior novidade foi a presença de partidos internos com índices altos —como os dois partidos colombianos, por exemplo—. Estes partidos, localizados em todas as posições do espectro ideológico examinado, não sendo exclusivo de partidos mais à esquerda, podemos deduzir a partir dessa informação que as legendas latino-americanas também mimetizam as organizações uns dos outros, como também, que partidos mais à direita também se originam de modo externo.

Outro fator que teve grande impacto sobre a questão organizacional foi a presença de liderança do tipo carismático, no entanto, o sentido desta se deu de modo inverso ao do tipo originário. Conforme a hipótese de Panebianco (2005), os partidos construídos ao redor de uma liderança personalista tendem a possuir poucos incentivos para a construção de organizações mais complexas. Nos casos estudados, quase a totalidade —a AP, PRD panamenho e o MPJ são as exceções— se encontram entre os scores mais baixos. De forma relacionada, boa parte dos casos encontram-se nos países andinos, que devido ao colapso de seus sistemas nas últimas décadas³⁶, abriram novas estruturas de oportunidades a novos partidos, que se formaram ao redor de lideranças que emergiram durante o processo de derretimento dos antigos sistemas partidários.

Por último a ideologia de um modo geral não apresenta grande impacto na definição de uma organização com maior ou menor divisão do trabalho interno, com legendas de todos os espectros distribuídas ao longo do espectro ideológico. Entretanto, quando analisamos a questão por país, nota-se que os partidos mais à esquerda tendem a organizações mais complexas.

A utilização dos estatutos consistiu em uma importante fonte de informação. O uso das cartas orgânicas permite o conhecimento do desenho organizativo partidário, a disposição do poder interna e possibilita a comparação entre diferentes partidos políticos. No entanto, seu uso sempre levanta o questionamento de que em que medida o formal se aproxima do real. Neste caso, o uso dos estatutos pode permitir a comparação entre ambos e a verificação da congruência ou incongruência entre o conteúdo dos estatutos e à realidade partidária.

De modo resumido, os partidos latino-americanos apresentam um rico cenário partidário, em que ocorre a convivência de partido políticos possuidores de diferentes estratégias organizacionais. Apesar disso, é possível encontrar alguns padrões. O primeiro trata da grande influência do tipo originário sobre o desenho organizacional, com legendas externas adotando desenhos mais complexos. A grande novidade neste ponto trata de agremiações mais à direita que também adotam esta estratégia para sua formação. O tipo de liderança também influencia na definição, porém, com sentido inverso, isso é, os partidos formados ao redor de uma liderança possuem menos incentivos para construir

36. A Colômbia foi a exceção da região. No entanto, seu sistema também atravessou por grandes transformações no finaldo século XX com a tentativa de romper com o tradicional bipartidarismo e adotar um multipartidarismo moderado. Entretanto, a reforma acabou por produzir um sistema com alto grau de fragmentação e elevado número de organizações partidárias —mais de 70 novos partidos foram criados em menos de 10 anos— e novas reformas foram necessárias para reduzir a quantidade de agremiações.

organizações mais complexas, característica presente de modo mais intenso nos países andinos. Por fim, a ideologia se mostrou um importante indicador, no sentido que demonstrou que partidos a esquerda e a direita mimetizam o desenho organizacional uns dos outros, com a esquerda demonstrando tendência a maior complexidade interna.

Referências

- Alcántara, M. (2013). *Sistemas políticos de América Latina*. Vol. 1. América del Sur. Madrid: Tecnos.
- Alcántara, M. &Freidenberg, F. (2001). *Partidos políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana*. Salamanca: Universidadde Salamanca.
- Alcántara, M. &Freidenberg, F. (2003a). *Partidos políticos de América Latina: ConoSur*. México: Fondo de Cultura Económica – IFE.
- Alcántara, M. &Freidenberg, F. (2003b). *Partidos políticos de América Latina: Países Andinos*. México: Fondo de Cultura Económica – IFE.
- Aldrich, J. (2011). *Why Parties? A Second Look*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bardi, L. &Mair, P. (2010). Os parâmetros dos sistemas partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4, 227-253.
- Blondel, J. (2009). Party Government, Patronage, ad Party Decline in Western Europe. Em R. Gunther, J. Montero & J. Linz (Eds.), *Political Parties: Old Concepts, New Challenges* (pp.233-256). Nova York: Oxford University Press.
- Budge, I., Klingemann, H-D., Volkens, A. & Bara, J. (2001). *Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors, and Governments 1945-1998*. Nova York: Oxford University Press.
- Carreras, M. (2012). Los partidos importan. *Democratización y evolución del sistema de partidos en América Latina*. *Nueva Sociedad*, 240, 75-187.
- Colomer, J. &Escatel, L. (2005). La dimensión izquierda-derecha en América Latina. *Desarrollo Económico*, 45(172), 123-136.
- Crotty, W. (1970). A Perspective for the Comparative Analysis of Political Parties. *Comparative Political Studies*, 3(3), 267-296.
- Duverger, M. (1970 [1951]). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UNB.
- Enríquez Arévalo, E. (2017). La derecha latinoamericana bajo el post-neoliberalismo. La derecha ecuatoriana durante la presidencia de Rafael Correa (2007-2017). *Revista Andina de Estudios Politicos*, 7(2), 15-40.
- Freidenberg, F. &Levitsky, S. (2007). Organización informal de los partidos en América Latina. *Desarrollo Económico*, 46(184), 539-568.
- Gunther, R. & Diamond, L. (2003). Species of Political Parties: A New Tipology. *Party Politics*, 9(2), 167-199.<https://doi.org/10.1177/13540688030092003>

- Gutierrez, C.J. & Lorini, I. (2007). A trilha de Morales: novo movimento social indígena na Bolívia. *Novos estudos-CEBRAP*, 77, 49-70. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000100004>
- Illera Correal, O. L. (2009). El ocaso de los partidos políticos tradicionales en Venezuela. *PapelPolítico*, 14(2), 491-505.
- Janda, K. & King, D. (1985). Formalizing and Testing Duverger's Theories on Political Parties. *Comparative Political Studies*, 18(2), 139-169. <https://doi.org/10.1177/0010414085018002001>
- Jiménez, M.B., Vivero, I. & Báez, C. (2003). México. Em M. Alcántara & F. Freidenberg (Coords.), *Partidos políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana* (pp. 377-477). Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Katz, R. & Mair, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), 5-28.
- Katz, R. & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspective on Politics*, 7, 753-766.
- LaPalombara, J. & Weiner, M. (1966). The Origin and Development of Political Parties. Em J. LaPalombara & M. Weiner (Eds.), *Political Parties Development* (pp. 3-42). Princeton: Princeton University Press.
- Levitsky, S. (2001). Inside the Black Box: Recent Studies of Latin America Party Organizations. *Studies in Comparative International Development*, 36(2), 92-110. <https://doi.org/10.1007/BF02686211>
- Lijphart, A. (1971). Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, 65(3), 682-693. <https://doi.org/10.2307/1955513>
- Mainwaring, S., Bejarano, A. M. & Pizarro, E. (2006). The Crisis of Democratic Representation in the Andes: An Overview. Em S. Mainwaring, A. M. Bejarano & Pizarro, E. (Eds.), *The Crisis of Democratic Representation in the Andes* (pp. 1-44). Stanford: Stanford University Press.
- Mair, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise social*, 167, 277-293.
- Marti i Puig, S. (2009). Mutaciones orgánicas, adaptación y desinstitucionalización partidaria: el caso del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), 1980-2006. *Revista de Estudios Políticos*, 143, 101-128.
- Marti i Puig, S. (2013). Nicaragua: la consolidación de un régimen híbrido. *Revista de Ciência Política*, 33(1), 269-286. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2013000100013>
- Mayer, R. (2017). *Padrões de organizações partidárias: 42 partidos em perspectiva comparada* (tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Michels, R. (2001[1911]). *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona Editores Refractários.

- Montero, J. R. & Gunther, R. (2009). Introduction: Reviewing and Reassessing Parties. Em R. Gunther, J. R. Montero & J. Linz (Eds.), *Political Parties: Old Concepts, New Challenges* (pp. 1-38). Nova York: Oxford University Press.
- Ostrogorski, M. (2012 [1902]). *Democracy and the Organization of Political Parties*. Vol. 1. Londres: Forgotten Books.
- Pachano, S. (2005). Ecuador: cuando la inestabilidad se vuelve estable. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, 9(23), 37-44.<https://doi.org/10.17141/iconos.23.2005.108>
- Pachano, S. (2010). Ecuador: el nuevo sistema político en funcionamiento. *Revista de Ciência Política*, 30(2), 297-317.<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2010000200007>
- Panebianco, A. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reis, G. (2013). The social Democracy of the Bolivian MAS. *Revista de Sociologia e Política*, 21(48), 67-83.<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400004>
- Reveles, F. (1999). Una revisión del “modelo Panebianco” a partir de un caso excepcional: El Partido Revolucionario Institucional. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 44(175), 149-176.<http://dx.doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.1999.175.49116>
- Ribeiro, P. F. (2008). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005 (tese de doutorado)*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Roberts, K. & Wibbels, E. (1999). Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations. *The American Political Science Review*, 93(3), 575-590.<http://dx.doi.org/10.2307/2585575>
- Rose, R. & Mackie, T. (1988). Do Parties Persist or Fail? The Big Trade-off Facing Organizations. Em K. Lawson & P. Merkl (Eds.), *When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations* (pp. 533-558). Princeton: Princeton University Press.
- Ruiz, L. (2007). *La coherencia partidista en América Latina. Parlamentarios y partidos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Sagarzazu, I. (2011). Nación vs. región: las tensiones del sistema de partidos venezolano postcolapso. *América Latina Hoy*, 58, 121-142.
- Schlesinger, J. & Schlesinger, M. (2006). Maurice Duverger and the Study of Political Parties. *French Politics*, 4, 58-68.
- Seiler, D. (2000). *Os partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Torrico, M. (2014). Bolivia: nuevo sistema electoral presidencial y coordinación política de los partidos. *Perfiles latinoamericanos*, 22(43), 77-102.
- Van Biezen, I. (1998). Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. *Análise Social*, 148, 685-708.

- Vommaro, G. & Morresi, S. (2014). Unidos y diversificados: la construcción del partido PRO en la CABA. *Revista SAAP*, 8(2), 375-417.
- Von Beyme, K. (1985). *Political Parties in Western Democracies*. Nova York: St Martin Press.
- Ware, A. (2004). *Partidos políticos y sistemas de partidos*. Madrid: Ediciones Istmo.
- Wildavsky, A. (1959). A Methodological Critique of Duverger's Political Parties. *The Journal of Politics*, 21, 303-318. <http://dx.doi.org/10.2307/2127167>